

A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ASSENTAMENTO COLÔNIA I – PADRE BERNARDO, GOIÁS.

Fernanda Litvin Villas Boas – Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.
nanda_vb@hotmail.com

**Leila Chalub Martins – Departamento de Teoria e Fundamentos, Faculdade de Educação
da Universidade de Brasília.**
chalub@terra.com.br

Neio Campos – Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.
neiocamp@unb.br

INTRODUÇÃO

A implantação dos assentamentos de reforma agrária, a partir da re-territorialização do camponês no meio rural, possibilita a definição de novas espacialidades, uma vez que ali se constitui um novo território, uma diferente configuração espacial e o estabelecimento de novas relações socioespaciais (HORA, 2001). Este artigo parte do interesse em compreender a dinâmica do espaço geográfico no Projeto de Assentamento (P.A) Colônia I, localizado no município de Padre Bernardo, em Goiás.

O Brasil vivencia hoje um fenômeno referente ao retorno para o campo dos que foram para a cidade em busca de oportunidades e encontraram novamente a dificuldade de um sistema baseado nas relações capitalistas e por si só excludente. Essas pessoas constituíram a base social dos movimentos de luta pela terra, representando um importante segmento da sociedade que questiona o governo por uma reforma agrária que contradiga a lógica do sistema tradicional e garanta a possibilidade de permanência no campo com dignidade. “Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização, nem a ida para a cidade, como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e sobretudo na região onde vive.” (FERNANDES, 2000).

Esse retorno para o campo dos agricultores que tentaram se estabelecer na cidade é entendido como um processo de (re)territorialização do camponês. Hora (*op. cit.*) propõe que a questão agrária no Brasil deve ser entendida a partir dos conceitos de “territorialização”, “(des)territorialização” e “(re)territorialização”, considerando este movimento pendular entre campo, cidade e campo. O assentamento, portanto, passa a ser compreendido como: “[...] local de recomposição das relações e afirmação do valor identitário do camponês na sua reterritorialização”.

Os assentamentos de reforma agrária no Brasil apresentam realidades bastante diferenciadas. No entanto, de maneira geral, as famílias convivem com a carência de uma infra-estrutura básica; falta de uma assistência técnica voltada para a realidade da agricultura familiar; dificuldade para a aplicação dos créditos; aquisição de dívidas junto aos bancos; dificuldade de organização de grupo; escassez de atividades geradoras de emprego e renda.

Esta realidade não é diferente para os assentamentos de reforma agrária da região do Distrito Federal e Entorno, Nordeste Goiano e Noroeste Mineiro, que correspondem à área de atuação da

Superintendência Regional (SR – 28). Foram assentadas aproximadamente 8.000 famílias na região, distribuídas em 117 assentamentos, sendo que um deles é o P.A Colônia I, onde foi realizada esta pesquisa.

OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho foi o de analisar a trajetória do P.A Colônia I, no período de junho de 2002 a junho de 2004, a partir das transformações socioespaciais identificadas no Assentamento, que configuraram um processo de requalificação do espaço geográfico.

Constituíram-se como objetivos específicos:

- Descrever a trajetória do P.A Colônia I;
- Identificar e analisar os fatores da trajetória que configuram o processo de requalificação do espaço local;
- Identificar e analisar os eventos que possibilitaram esta requalificação;
- Refletir sobre o posicionamento e contribuições que a Geografia, enquanto ciência, pode dar na compreensão do objeto de pesquisa proposto neste estudo;

HISTÓRICO DO P.A COLÔNIA I

A ocupação da terra onde hoje é o Assentamento Colônia I aconteceu no início de 1996, quando as famílias receberam lotes, por sorteio, com tamanhos variando entre 16,5 ha a 24 ha, em uma área total de 560,5 ha.

Os assentados receberam financiamentos do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e, de acordo com a orientação da assistência técnica, todos os parceleiros adotaram um mesmo módulo de produção de cana de açúcar, capim, mandioca, arroz, feijão e criação de gado de leite. Esta primeira tentativa de produção não deu certo e como todos haviam recebido os créditos do governo, adquiriram uma dívida que se agravou nos anos seguintes, estando esta dívida em fase de renegociação. Essa primeira experiência com financiamento da produção é comentada pelos assentados:

Bem, o financiamento não ajudou tanto por causa da água, por causa disso o Hélio [marido da entrevistada] colocou o dinheiro "tadinho" na terra e depois não teve como recordar o dinheiro novamente. Plantou maracujá e nos primeiros anos deu uma "merrequinha", mas mesmo assim não deu o tanto que ele gastou, não deu, logo acabou feio, a seca acabou e não tinha água e aí foi dessa maneira. (D. Liliane)

O projeto foi imposto! Oferecido é uma coisa, se oferece você não aceita, imposto pelo INCRA. Foi isso, eles chegaram e disseram é isso e isso e sem água, sem energia e sem estrada. Se nós tivéssemos falado, agora, pelo menos, nós éramos cidadãos porque hoje nós não somos. Porque quem tem o nome no SERASA, preso a uma instituição de crédito não é um cidadão... (S. Teobaldo)

A partir das falas dos assentados, constata-se a não participação das famílias na tomada de decisões para definir os projetos para cada parcela no início do Assentamento. As vontades e aptidões de cada família foram desconsideradas, e "imposto" um projeto que resultou no endividamento de todo o P.A, uma vez que cada parceleiro avalizava o outro.

Houve outras iniciativas nas quais os assentados também iniciaram o plantio de maracujá, a criação de galinhas poedeiras, suinocultura e piscicultura. Os principais fatores identificados, junto à comunidade, como responsáveis pelo insucesso destas experiências foram a ausência das habilidades para o trabalho coletivo; capacitação insuficiente dos assentados para as atividades propostas pelos diferentes agentes de mediação que já trabalharam com os agricultores; oferta reduzida de assistência técnica; bem como grandes dificuldades em escoar os produtos para os mercados consumidores, considerando o alto custo do transporte.

Decorrente destas dificuldades, em junho de 2002, constatou-se que das 24 famílias residentes no Assentamento, várias não conseguiam garantir o sustento de sua família com o trabalho na terra, tendo que vender sua mão-de-obra para outros chacareiros ou, até mesmo, na cidade. Naquele momento, observa-se a baixa auto-estima das pessoas e as perspectivas de abandonar, ou vender, as parcelas para uma nova tentativa de se restabelecerem na cidade.

Este momento foi considerado como o marco zero da pesquisa. O histórico apresentado foi relatado pelos próprios assentados, durante uma reunião realizada no Assentamento, em meados de 2002.

Logo após a realização da reunião mencionada acima, em que os assentados contaram suas histórias e as dificuldades encontradas no Assentamento, foi estabelecida uma agenda de encontros entre os membros da comunidade e a equipe do Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária (GTRA/DEX/UnB) com o intuito de refletir sobre as trajetórias de vida de cada uma das famílias, sobre a história do Assentamento e sobre as experiências vividas pelo grupo, na tentativa de compreender o momento presente e planejar ações futuras com vistas à transformação daquela realidade.

A primeira aproximação da Universidade com o P.A Colônia I se deu no ano de 2000 quando João Batista e Márcia Pereira, jovens do Assentamento, participaram do Curso de Extensão e Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentamentos de Reforma Agrária (EDUCAMP), coordenado pelo GTRA e pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE-UnB) em parceria com a Embrapa Cerrados (CPAC). Ao final do curso, os alunos elaboraram monografias diagnosticando problemas em seus assentamentos e refletindo sobre a possibilidade de revertê-los. João e Márcia escreveram sobre a importância da organização social, hortas orgânicas e viveiros florestais comunitários.

A partir destes trabalhos, a comunidade do P.A Colônia I, com o apoio do GTRA/UnB concorreu ao Edital Prêmio Petrobras, em meados de 2002, para a implantação da horta orgânica e do viveiro florestal comunitário. Articulou-se um grupo de 12 famílias para discutir e viabilizar as ações deste projeto *Educando para a Sustentabilidade: Hortas Orgânicas e Viveiro Florestal Comunitário como instrumentos de recuperação e preservação ambiental, de organização social e geração de renda para as famílias do Assentamento Colônia I, no município de Padre Bernardo – GO*, apoiado no valor de R\$ 20.000,00.

Em fevereiro de 2003, estas doze famílias fundaram o Grupo *Vida e Preservação*. O grupo visa a promoção do desenvolvimento sustentável por meio da capacitação dos agricultores para garantir e viabilizar a produção das hortaliças, o processamento destas e o escoamento dos produtos para os pontos de venda localizados no Plano Piloto e a atividade do viveiro florestal, como instrumento de recuperação das áreas degradadas do Assentamento.

O GTRA/DEX/UnB realizou, desde meados de 2002, várias atividades de capacitação com a comunidade do Colônia I, por exemplo, as oficinas de manejo da horta orgânica e do viveiro florestal e de preparo do composto orgânico. Além dos cursos de capacitação, foram realizados encontros freqüentes para avaliação do processo, sugerido pelo método da pesquisa-ação. Para a realização das avaliações, foram utilizadas técnicas que facilitavam o grupo a identificar as dificuldades e potencialidades encontradas no Assentamento e, finalmente, a planejar atentamente as ações futuras.

Em dezembro de 2003, os assentados já vendiam a produção da horta orgânica, como mostra a figura 1. A renda gerada não era ainda suficiente para garantir o sustento das famílias, mas o projeto representava um fator aglutinador das pessoas, permitindo a tomada de decisões em grupo, o fortalecimento da Associação e encaminhamentos para a resolução de outros problemas comuns, como a falta de água no Assentamento.

A partir dos trabalhos de educação ambiental realizados pela equipe do GTRA/DEX /UnB e do diálogo entre o saber popular e o saber científico, a comunidade refletiu sobre a fragilidade do ecossistema local, com pouca disponibilidade de recursos hídricos e encaminhou que a sua exploração seria desenvolvida e planejada com muita precaução e de forma adequada à disponibilidade dos recursos naturais.

Outro fator relevante nas transformações ocorridas no P.A Colônia I refere-se ao fato de que no início do Assentamento apenas os parceiros tinham direito à participação na Associação. Os jovens e as mulheres dos parceiros não participavam do processo de gestão. Após o EDUCAMP, João Batista e Márcia Maria Pereira, ambos com idade inferior a 25 anos, assumiram os cargos de Presidente e Secretária da Associação, respectivamente.

Foram feitas alterações no estatuto da Associação permitindo a participação das mulheres e jovens, com direito à voz e voto. Nesta mesma ocasião, também foram realizadas modificações para integrar o Assentamento no processo de gestão participativa da APA do Descoberto, onde está localizado.

A maioria das famílias do assentamento Colônia I, apesar da diversidade de origens compartilham da mesma opção religiosa, pela Igreja Evangélica.

Até dezembro de 2003, observou-se que o grupo foi, progressivamente, se envolvendo e se comprometendo cada vez mais com o trabalho da horta orgânica e com as outras ações, como o mutirão de plantio realizado na área de reserva.

A participação do GTRA/DEX/UnB continuou em 2003 com reuniões freqüentes no Assentamento contribuindo com o exercício de planejamento das ações do Grupo *Vida e Preservação*. O cronograma de atividades de 2003 propunha duas reuniões mensais com as famílias e atualmente, o grupo, com bastante autonomia, vem encaminhando suas ações a partir de uma dinâmica de reuniões de planejamento e avaliações internas. O GTRA/DEX/UnB, em 2004, acompanhou o processo, não mais tão

presente como antes, mas em visitas a cada dois meses ao P.A e a partir dos relatos dos assentados nos pontos de venda das hortaliças, localizados no Plano Piloto.

O diálogo estabelecido entre a Universidade e o Assentamento baseou-se na proposta da “pesquisa-ação”, que busca a transformação da realidade a partir da produção de conhecimentos simultaneamente à materialização de ações. A dimensão coletiva pressupõe a participação ativa de um grupo envolvido que irá constituir o “pesquisador coletivo”, no caso, composto pelas 12 famílias e pelos estudantes e professores da UnB envolvidos no processo (BARBIER, 2002).

REFERENCIAL TEÓRICO

O Desenvolvimento Sustentável deve abranger, além das dimensões econômica e ambiental, aspectos sociais, culturais, territoriais e político. (SACHS, 2002).

Entende-se que a discussão sobre o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária da região deve assumir a complexidade desta proposta e considerar a importância do resgate cultural das famílias, valorizando a identidade do agricultor familiar. Compreende-se que para discutir a preservação do Cerrado e a relação que as famílias estabelecem com o bioma e a forma como utilizam os recursos naturais disponíveis só faz sentido e torna-se realmente viável se as necessidades básicas são supridas, se ocorre a geração de renda e se há uma perspectiva de permanência no lugar.

Não há regras ou modelos predeterminados para a definição consensual dos objetivos e metas que conduzam o desenvolvimento local sustentável, pois este é, em essência, um processo microsocial de construção coletiva, no qual prevalecem as necessidades sociais e culturais, mas que devem ser compatíveis com as oportunidades locais de desenvolvimento, tanto nos aspectos dos recursos naturais disponíveis e de sua conservação (BUARQUE, 2002).

O fundamental ao se contribuir para desencadear processos de desenvolvimento sustentável é o respeito e a compreensão do universo cultural da população com a qual se vai trabalhar. Assim, partindo da reflexão da realidade cultural e agindo sobre essa mesma realidade, modificando-a, é que se inicia o exercício de conscientização, sendo que a educação tem um papel fundamental em todo este processo.

A pedagogia emancipadora é aquela que leva os indivíduos a transformarem sua realidade, posicionando-se criticamente, conscientemente sobre ela, saindo de uma consciência ingênua, ou mágica, para uma consciência crítica (FREIRE, 1987).

Barbier propõe uma reflexão referente aos métodos de pesquisa adotados na academia e à relação pesquisador-objeto, no sentido de reforçar a concepção de que na prática da pesquisa-ação, “os sujeitos deixam de ser ratos de laboratório para assumir uma postura participativa, dispostos a compreender e a lutar por ações transformadoras de sua sociedade” (*op. cit.* p. 65).

Um dos maiores problemas enfrentados pelos assentamentos é exatamente a dificuldade para a organização de pessoas com interesses afins e para a prática participativa. As estratégias para que haja envolvimento dos atores sociais na elaboração e implementação do planejamento local precisam estar sincronizadas com as condições específicas da região considerada (SILVA, 2000).

Lages (1998, p. 37) faz considerações importantes acerca do papel da agricultura familiar ao fixar as famílias rurais no campo, evitando a migração para as cidades, “[...] servindo como um vetor de ocupação do território contra os vazios demográficos deixados pela modernização agrícola ‘sem homens’. A agricultura familiar pode, portanto, desencadear o surgimento de novas configurações espaciais, por meio de um modelo de desenvolvimento que permita a articulação entre o rural e o urbano, ao invés de separá-los”.

O movimento de re-territorialização do camponês, compreendido como o retorno para o campo de agricultores que tentaram se estabelecer na cidade, “define novas espacialidades que interferem na forma de organização dos movimentos sociais do campo.” (HORA, *op.cit.*). A apropriação de um novo espaço, configurando-se em um novo território, permite uma nova configuração espacial e a criação da identidade, a partir das relações que ali se estabelecem.

Milton Santos (1996) argumenta que é necessário discutir o espaço social e torna-se objeto da Geografia, exatamente, a produção do espaço ou a configuração destas novas espacialidades, como mencionada anteriormente.

Para Geografia, também não é o território em si um objeto de análise geográfica, mas o “uso” deste e a forma como este é apropriado pela sociedade é que se configura como uma categoria de análise interessante. Frequentemente, os conceitos de território e espaço são utilizados como sinônimos. No entanto, estas são duas categorias de análise da Geografia bastante peculiares:

O território, segundo Raffestin (1993), “se forma a partir do espaço. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente o ator ‘territorializa’ o espaço [...] é uma produção a partir do espaço [...] é um local de relações.” (p. 143). “O espaço é, portanto, anterior preexistente a qualquer ação, um local de possibilidades.” (p. 144).

Milton Santos (*op. cit.*, p. 128) aponta que o espaço geográfico é um fato social e este deve ser visto como um produto da ação humana, uma natureza socializada, compreendido como um campo de força cuja energia é a dinâmica social. Santos enfatiza, ainda, que toda a atividade produtiva dos homens implica numa ação sobre a superfície terrestre, numa criação de novas formas, de tal modo que “produzir, é produzir espaço”.

Santos (2002, p. 63) reelabora a definição de espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Nesta nova abordagem, sistemas de ações e de objetos interagem entre si. Há uma relação dialética na maneira como o sistema de objetos condiciona a forma como se dão as ações num determinado lugar e, simultaneamente, o sistema de ações interfere, levando à criação de novos objetos ou re-significando objetos já existentes. Neste sentido é que o espaço se dinamiza e se transforma (*Ibidem*, p. 63).

Para os geógrafos, os objetos são compreendidos como um “[...] testemunho atual da ação.” (*Ibidem*, p. 74). E as ações, por sua vez, “[...] como um processo, mas um processo dotado de propósito [...] a atuação liga-se à idéia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas, ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem.” (*Ibidem*, p. 78).

Nesta compreensão de sistemas está contemplada a dialética entre a configuração territorial e as relações sociais, numa interação permanente.

Ao analisar um espaço geográfico é importante considerar que toda a criação de objetos e a maneira como estes são significados dependem das condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico (*Ibidem*, p. 68). Faz sentido, portanto, a relevância das categorias do tempo: passado, presente e futuro, na análise espacial de um objeto, uma vez que as possibilidades de re-significações dos objetos e requalificação do espaço, percebidas com o surgimento de uma nova dinâmica socioespacial, se dão a partir das ações daquele conjunto de atores num momento presente, em função de experiências passadas, com perspectivas a um novo futuro. “O enfoque do espaço geográfico como o resultado da conjugação entre sistemas de objetos e sistemas de ações permite transitar do passado ao futuro, mediante consideração do presente.” (*Ibidem*, p. 100).

Ao considerar as categorias de tempo torna-se necessário compreender a noção de “evento”. Segundo Santos (*Ibidem*, p. 144), o lugar é o depositário final, obrigatório, do evento. Este conceito permite a relação da ordem espaço-tempo, uma vez que se trata de “um instante do tempo dando-se em um ponto do espaço”. Este momento, ou “evento”, corresponde a um vetor de possibilidades existentes numa formação social, como um país, uma região, um lugar, ou ainda, o espaço circunscrito do assentamento. “Os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características.” (*Ibidem*, p. 146). Brunhes (*apud* SANTOS, *op. cit.*, p. 146) acrescenta que “o cenário geográfico continua o mesmo, mas os homens que nele habitam passam por necessidades crescentes, mutáveis e crescentemente complexas”. A partir da compreensão de que o evento “dissolve as coisas” (DIANO, 1994, p. 91 *apud* SANTOS, *Ibidem*, p. 146), Santos faz uma reflexão de que diante da nova história e da nova geografia o nosso saber também se dissolve, cabendo-nos reconstituí-lo por meio da percepção do movimento conjunto das coisas e dos eventos (*Ibidem*, p. 146).

“Não há evento sem ator. Não há evento sem sujeito. Nesse sentido, toda a teoria da ação é uma teoria do evento e vice-versa.” (*Ibidem*, p. 147). Os eventos sociais resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais. O movimento da sociedade que comanda, através do uso diversificado do trabalho e da informação (p. 147).

E finalmente, “[...] é através do evento que podemos rever a constituição atual de cada lugar e a evolução conjunta dos diversos lugares, um resultado da mudança paralela da sociedade e do espaço.” (*Ibidem*, p. 155).

Requalificação do espaço é, portanto, compreendido como um processo decorrente das transformações nas relações socioespaciais em um determinado local. Caracteriza-se pela possibilidade de re-significar objetos presentes; pela configuração de diferentes formas de organização social; e, finalmente, pela nova relação estabelecida entre a comunidade com o território que a circunda, definindo novas espacialidades.

RESULTADOS

Identificou-se na história de constituição do Assentamento em estudo elementos que agora nos permitem afirmar que ali foi, de fato, desencadeado um “processo endógeno de mudança da realidade”

(BUARQUE, *op. cit.*, p. 25) e de “requalificação” do espaço, no sentido de que o território assumiu novas significações para aquelas famílias e novas relações foram ali configuradas. Essas novas significações referem-se às mudanças socioespaciais identificadas na trajetória do P.A, como: a reconstrução de um sentimento de pertença a terra e ao lugar; de identidade com o Cerrado e preocupação com a manutenção de recuperação dos recursos naturais disponíveis, uma vez que alimentam as expectativas de acompanharem no assentamento as próximas gerações; o fortalecimento da Associação com a revisão do estatuto e participação dos jovens e mulheres, além dos homens parceiros; e a reconstrução de sonhos, como o do ecoturismo, que alimentam o cotidiano presente.

Nas falas informais das pessoas, foi possível perceber novamente um sentimento de esperança de não abandonar mais a parcela para outra tentativa de estabelecimento nas cidades. As famílias voltaram a acreditar que a permanência delas no Assentamento era possível e voltaram a se preocupar com a manutenção dos recursos naturais disponíveis, uma vez que recuperaram o sonho de acompanhar a geração de seus filhos e netos desfrutando daquele lugar.

Essa perspectiva de acompanhar o desenvolvimento das próximas gerações no Assentamento evidencia a compreensão do conceito do desenvolvimento sustentável por parte das famílias do Assentamento.

Como resultado dos processos desencadeados no Assentamento podemos apontar como fatores que caracterizam a requalificação do espaço geográfico, os seguintes aspectos:

- Incremento da renda familiar, constatado a partir dos depoimentos dos assentados e pelo fato de que os que vendiam mão-de-obra fora estão, hoje, se dedicando às ações do coletivo;
- Enriquecimento alimentar na dieta das famílias assentadas, observado pela incorporação das hortaliças na alimentação diária, como a couve, alface, cenoura, tomate, entre outras;
- Apropriação de conhecimentos diversos, por meio de atividades e cursos de capacitação. Este fator pode ser demonstrado com a constatação de que as técnicas trabalhadas de manejo da horta e do viveiro, bem como os instrumentos de planejamento e avaliação do processo continuam sendo utilizados, independente da presença da equipe do GTRA/DEX/UnB no Assentamento;
- Melhora da auto-estima, identificada nas falas das entrevistas quando relatam o reconhecimento e a importância da participação de cada indivíduo para a continuidade das ações do coletivo;
- Constituição do Grupo coletivo *Vida e Preservação*, de 12 famílias;
- Fortalecimento da Associação, com a organização da nova diretoria e a revisão do estatuto que viabilizou a participação de jovens e mulheres nas atividades coletivas e participação na tomada de decisões;
- Preocupação das famílias em preservarem os recursos naturais disponíveis no Assentamento, identificada no esforço de produção de mudas e mudas de plantios para recuperação da área de reserva permanente e também com as modificações no estatuto da Associação para a comunidade assumir as responsabilidades na co-gestão da APA do Descoberto;

- Articulação de um grupo de mulheres no Assentamento que contribuem com a geração de renda para o coletivo por meio da produção de doces e artesanatos;
- Intenção destas famílias de permanecerem no Assentamento, ao invés de mudarem para a cidade, observado nos depoimentos dos assentados;

Após apontar os fatores que nos levam a considerar que, de fato, houve uma requalificação do espaço no assentamento Colônia I, foram identificados quatro importantes eventos que permitiram esta requalificação: o diálogo estabelecido com a Universidade; a realização de atividades no Assentamento que permitiram combinar as várias dimensões da sustentabilidade, inclusive a geração de renda; a presença do sagrado e da religiosidade no cotidiano da comunidade do Colônia I; e, finalmente, a determinação e o protagonismo das famílias do P.A Colônia I, que assumiram sua condição de sujeito-histórico (Freire, 1987), buscando transformar o contexto em que estão inseridas.

Neste sentido, vale lembrar que os eventos resultam da ação humana, da interação entre os homens, dos seus efeitos sobre os dados naturais (SANTOS, 2002, p. 147); mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características (*Ibidem*, p. 146).

Portanto, os eventos identificados no contexto do P.A Colônia I resultam da "atuação" dos sujeitos envolvidos, transformando o contexto em que estão inseridos, atribuindo aos "objetos" novas significações, que se modificam em função do tempo, uma vez que as necessidades e demandas daquela comunidade influenciam a interação dela no espaço, em cada novo momento de sua história. O surgimento de uma nova dinâmica socioespacial se dá a partir das "ações" daquele conjunto de atores num momento "presente", em função de experiências passadas, com perspectivas a um novo futuro (*Ibidem*, p. 100).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da definição de espaço geográfico como um conjunto indissociável do sistema de ações e objetos proposta por Milton Santos (2002), compreendida aqui como a dinâmica de interação entre a configuração territorial e relações sociais, pode-se afirmar que os resultados apresentados tendem a comprovar a hipótese de que o P.A Colônia I, de junho de 2002 à junho de 2004, vivenciou um processo de requalificação do espaço local, uma vez que, ao serem criadas condições de permanência na terra, configuraram-se novas relações sociais e, simultaneamente, outras formas de apropriação e relação das famílias com o território.

O grupo de famílias do Colônia I refletiu sobre as experiências de insucesso passadas, amadureceu erros e reconstruiu o sonho coletivo de permanecer no Assentamento. Portanto, as famílias reorganizaram o presente, com base em perspectivas futuras e, neste processo, desencadearam mudanças de ordem econômica, espacial, ambiental e sociocultural.

Conclui-se que as categorias do tempo são fundamentais na análise espacial de um objeto e permitem compreender que os princípios da sustentabilidade têm sido amadurecidos e incorporados pelos

produtores. A apropriação dos conhecimentos pela comunidade é essencial para garantir a continuidade das ações.

Identificou-se no assentamento Colônia I o envolvimento dos atores sociais na busca contínua por melhoria de vida, sem desconsiderar o meio ambiente, que segundo Buarque (*op. cit.*, p. 25) configura-se como pressuposto para o desenvolvimento local sustentável. O esforço de organização das famílias do Assentamento é um exemplo de luta dos camponeses brasileiros pela reconstrução de uma identidade de agricultor familiar.

A partir da análise desta experiência, compreende-se que o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária pode ser viabilizado à medida que os princípios da sustentabilidade sejam incorporados na relação do homem com a produção e o meio, visando à manutenção da biodiversidade do bioma Cerrado paralelo ao desenvolvimento humano. Neste sentido, a educação representa um instrumento fundamental no processo de formação de sujeitos que possam atuar de maneira consciente no meio ambiente, buscando alternativas eficazes e locais para a solução dos problemas. Portanto, as ações de educação devem ser, impreterivelmente, discutidas a partir do contexto socioeconômico de determinada comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Plano Editora, 2002.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro. **Geografia dos Assentamentos Rurais**: In: I ENCONTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, Ouro Verde de Goiás, 2001. Disponível em: <http://www.abrali.com/016meio_ambiente.html>. Acesso em: 29 de novembro de 2004.

LAGES, Vinícius Nobre. XIV ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Presidente Prudente: UNESP, 1998. 67 p.

RAFFESTIN, Claude. O que é território? In: **Por uma Geografia do Poder**. _____. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-163.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4 ed. São Paulo. Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. São Paulo: UNICAMP, EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.